



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### A POLÍTICA EDUCACIONAL BAIANA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR E SUA REPERCUSSÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Daniela Moura Rocha de Souza  
(UESB)

Mércia Caroline Sousa de Oliveira  
(UESB)

Taís Oliveira Santos e Santos  
(UESB)

Lívia Diana Rocha Magalhães  
(UESB)

#### RESUMO

Este texto é a síntese de uma análise preliminar realizada em fontes documentais oriundas de jornais, projetos de leis e livros de atas, que catalogamos, referentes ao período ditatorial baiano, a fim de dialogar com as propostas contidas no Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), publicado em 1969. O PIEC diz respeito a uma reforma educacional baiana que, de algum modo, corresponde às mudanças educacionais ocorridas no país durante o período do regime militar que ocorreu entre 1964 – 1985 e sua repercussão no município de Vitória da Conquista.

---

· Doutoranda em Educação pela UNICAMP, Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB, Membro dos grupos de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais; e História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. Bolsista da Capes. danyopera@yahoo.com.br

· Graduada em Pedagogia pela UESB, Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB pelo projeto: *Processos autoritários e ditadura militar: sua incidência sobre o passado e o presente da educação baiana*, sob a coordenação da Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães. Membro do grupo de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais. merciacaroline00@gmail.com

· Graduada em Pedagogia pela UESB, Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB pelo projeto: *Processos autoritários e ditadura militar (1964-1985): seus reflexos sobre a carreira docente*, sob a coordenação da Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães. Membro do grupo de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais. taisantos92@gmail.com

· Doutora em Educação pela UNICAMP com Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ, Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenadora Geral do Museu Pedagógico/Uesb. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB. lrochamagalhaes@gmail.com (orientadora).



**PALAVRAS- CHAVE:** Política Educacional; Plano Integral de Educação e Cultura; Fontes Documentais.

## INTRODUÇÃO

O projeto diretor do Museu pedagógico: Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e Ditadura civil- militar (1964 – 1985) tem como objetivo formar uma rede de pesquisa, composta por representantes das áreas de educação, história e sociologia, na Bahia, para a reunião de dados que dizem respeito, direta ou indiretamente, ao regime autoritário que durou entre 1964 e 1985 no Brasil, enfocando o Estado. Dentro de tal projeto, tomamos como recorte temático a política educacional no contexto da ditadura, e sua incidência sobre o passado e presente da educação baiana. Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico-documental, na qual foram realizados levantamentos de fontes escritas, entre as quais jornais da época e documentos oficiais em arquivos públicos e privados, museus localizados na cidade de Vitória da Conquista-BA e no Estado.

Este texto é a síntese de uma análise preliminar, de notícias oriundas de jornais, de projetos de leis e livros de atas, referentes ao período ditatorial baiano, que depois de catalogadas, foram discutidas e cotejadas com as propostas contidas no Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) publicado em 1969.

Podemos dizer que o PIEC é a expressão baiana mais genuína das reformas educacionais que vinham ocorrendo no país desde os anos de 1950, mas que ganha efetividade no país durante o período do regime militar que ocorreu entre 1964 – 1985, repercutindo em um dos municípios mais prósperos do Estado - Vitória da Conquista.

Pretendemos focar a discussão acerca de como se efetivou a política educacional baiana no contexto ditatorial, obedecendo à lógica da educação nacional, cujo objetivo era a formação técnica de todos os setores educacionais, entre os quais, discentes,



docentes e funcionários, além da ampliação de acesso à escolarização, por meio de políticas públicas voltadas para a educação e programas compensatórios, bem como, o MOBRAL e o oferecimento de créditos educativos.

### **O PIEC E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA BAHIA**

Entendemos a política educacional como o resultado de forças políticas hegemônicas a fim de estabelecer formas de reordenação e controle social, se apropriando do sistema escolar enquanto espaço de legitimação de tal controle, buscamos relacionar o momento histórico da ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985) com a política educacional baiana durante o regime ditatorial.

Para tanto, adotamos a definição de que “a política educacional é a ação do Estado tanto no nível da super como da infraestrutura” (FREITAG,1979, p.76), com o objetivo de promover a mediação entre os interesses da classe hegemônica, manutenção das relações de produção e de classe, e amenizar a insatisfação popular, obtendo o domínio da ordem social. O golpe civil-militar instaurado em 1964, foi o maior expoente de repressão - física, política e ideológica - registrado na história nacional. No campo educacional, foi um ataque à inteligência, à criticidade e à maturidade política e social dos indivíduos que propunham uma mudança estrutural no país. Nas palavras de Cunha (2002) foi “uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos” (p.31) raízes estas, anteriores ao Golpe de 1964, e com interferências posteriores a 1985.

Sendo o planejamento escolar e a legislação, medidas com a intenção de reconduzir a lei a uma nova realidade, a política educacional no contexto ditatorial, visou cumprir seu papel, dentro do contexto sócio-político e econômico, que se instaurara, expressando através dos documentos oficiais a reorganização da função da educação, tendo como maiores iniciativas, a promulgação da Constituição de 1967, a Lei 5.540 de reforma do ensino superior em 1968; a institucionalização do MOBRAL com os Decretos-lei 5.379/68 e 62.484/70; Lei 5.692/71 e o Decreto-lei 71.737 que, de fato, estabelece o ensino supletivo” já previsto na Lei 5.692 (FREITAG,1979).



A Constituição de 1967, retomando a LDB de 1961, estabelece em seu Art. 168, § 2, que “o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”, como meio de fortalecer o ensino privatista. Em termos gerais, retardava-se o crescimento da rede pública de ensino, na medida em que a verba destinada à educação seria revertida para as instituições particulares, que atuavam em três áreas principais: ensino propedêutico para universidades, no ensino supletivo e no ensino superior de graduação e pós-graduação (BRASIL, Constituição..., 1967, CUNHA, 2002).

Essa realidade educacional abrangeu todos os Estados brasileiros, mas é interessante observar que, na Bahia, o então secretário de educação, Navarro de Britto, projetou um importante plano educacional para o estado, reconfigurando as prerrogativas 5.692/71, com sua visão acadêmica de inspiração liberal progressista.

Na Bahia, o Conselho Estadual de Educação aprovou o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), por meio da Lei nº 2.464, art.34 de 13 de dezembro de 1967, no governo Luís Viana Filho, tendo como Secretário de Educação e Cultura Luiz Augusto de Fraga Navarro de Britto. O Plano foi implantado a partir do ano de 1968, como uma reforma em todos os níveis de ensino, e durante o período compreendido pela ditadura civil-militar (1964-1985), se constituiu como o mais importante Plano educacional da Bahia correspondente à educação e à cultura.

Com a justificativa de carência de recursos financeiros para a implantação das propostas do plano para o ensino primário e educação de adolescentes e adultos em todo o Estado baiano, o governo elaborou um estudo sobre os polos de desenvolvimento, a fim de investir nas cidades do interior que estivessem com maior potencial para se desenvolver. Os critérios de seleção passavam desde os indicadores econômicos, às pesquisas geológicas. A conclusão dessa pesquisa está contida no próprio plano, no qual se encontra a classificação dos municípios baianos em cinco estágios segundo critérios aferidores do seu potencial de desenvolvimento. No primeiro estágio, está a capital do Estado Salvador; no segundo, aparecem (por ordem de classificação) as cidades de Alagoinhas, Cruz das Almas, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e São Francisco do Conde; no terceiro estágio, estão quarenta e duas (42) cidades sendo a



primeira Almadina e a última Vitória da Conquista; no quarto estágio, cento e dois (102) municípios e no quinto, cento e oitenta e quatro (184) (BAHIA, 1969).

Já entre os polos de desenvolvimento das regiões educacionais, essa realidade muda e dezenove (19) cidades ocupam as sedes das regiões educacionais baianas, que são elas na ordem de classificação: Salvador, Simões Filho, Alagoinhas, Paulo Afonso, Juazeiro, Barreiras, Carinhanha, Brumado, Vitória da Conquista, Itapetinga, Medeiros Neto, Itabuna/Ilhéus, Valença, Cruz das Almas, Feira de Santana, Jacobina, Irecê, Seabra, Jequié e Itaberaba. Cada uma dessas cidades agregou outros municípios, e os dados para essa classificação e escolha abarcaram a estimativa populacional, as matrículas gerais por séries escolares, densidade demográfica por município, taxa anual de incremento da população, rodovias, clima, inclinação das encostas e arrecadação estadual (BAHIA, 1969).

Sobre o PIEC e a equipe que o elaborou e o executou, o próprio Navarro de Britto, em um artigo publicado na Revista *Tiers-Monde* de Paris em 1972 - republicado nos *Cadernos do Devoto de Salvador*, em 1975 - assim como na coletânea Luiz Navarro de Britto de 1991, ressalta:

Em abril de 1967, foi eleito governador da Bahia um professor universitário, escritor e político liberal. A Secretaria de Educação e Cultura viu-se confiada a uma nova equipe de jovens universitários, firmemente convencidos do papel essencial da educação no processo de mudança estrutural da região, a realização dessa crença ficando subordinada, é claro, à prévia programação dos recursos disponíveis. Durante oito meses em 1967 executou-se um Plano de emergência, abrangendo de modo coordenado a realização de alguns programas mais urgentes enquanto se trabalhava no Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) em condições técnicas mais satisfatórias (BRITTO, 1991, p.9).

O então Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), publicado em 1969, inclui o Plano de emergência para a erradicação do analfabetismo, considerando que apenas 48,78% da população baiana de 7 a 11 anos, segundo os dados levantados pelo mesmo, frequentavam a escola primária. Para atender a essa carência, o governo da Bahia, em



1967, entregou 591 salas de aulas, acompanhadas da redistribuição administrativa de regentes, possibilitando o aumento de mais de 53.000 matrículas.

A proposta do plano não foi suficiente. O déficit real continuou alarmante e, como medida para sanar essa carência, o Plano previu a construção de mais 1.900 salas com o seu devido equipamento e admissão de 6.386 professores para ser concretizado até o ano de 1971.

Além disso, o plano previu a instalação de 2.000 classes para a educação de adolescentes e adultos, aperfeiçoamento de 12.000 professores, treinamento de 7.900 professores não titulados, de 150 professores de ensino pré-primário, 4.500 para a 1ª série, 500 de escolas unitárias, titulação de 4.000 regentes, regularização da matrícula em 70% das escolas estaduais, instalação de 15 Centros Regionais de Supervisão e 6 Centros de Treinamento do Magistério, implantação de novo currículo, reequipamento de laboratórios, como o de medicina e odontologia. Para o ensino médio, foi prevista a criação de mais 40.800 matrículas no 1º ciclo do ensino médio e mais 25.000 para o 2º ciclo, 51 novos ginásios e 20 colégios, sendo que todos os ginásios e colégios teriam seus currículos diversificados, laboratórios, salas especiais, para diferentes técnicas (agrícolas, industriais, comerciais e economia doméstica), além de programas de treinamento para diretores e técnicos-administrativos, além de aperfeiçoamento do seu quadro docente, absorvendo 355 cargos técnico administrativos, duplicando, assim, o ensino médio gratuito estadual. Esses estabelecimentos de ensino previstos no plano estavam articulados nas cidades polos de desenvolvimento dentro de uma unidade administrativa, física e pedagógica denominada de Centro Integrado de Educação, pretendendo com isso, realizar a articulação não só vertical quanto horizontal (BRITTO apud BAHIA, 1969).

Para o ensino superior, que até o momento contava com uma universidade pública (UFBA) e instituições privadas, previa-se o atendimento prioritário das áreas vinculadas ao aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social na Bahia, por meio do fortalecimento das instituições existentes, com concessões de bolsas de estudo. Como um incremento previsto no ensino médio, o PIEC determinou a instalação, no interior do Estado, de quatro faculdades de educação para formação de



professores de 1º ciclo e a implantação de uma escola superior de educação física de âmbito regional, a criação da Universidade do Sul do Estado e a revitalização da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco. (BRITTO apud BAHIA, 1969).

O PIEC foi um documento ambicioso, considerando a realidade socioeconômica baiana do momento, teve alguns de seus pontos atingidos, porém, a maioria esteve longe de ser concretizada. Valendo-nos dos ideais defendidos pelo plano integral, em que a educação é um processo de valorização e integração dos recursos humanos, que além de compactar e sistematizar a transmissão de conhecimentos, servia de liderança no processo de integração social o seu sistema educacional deveria

[...] extravasar das funções sociais e políticas mais amplas e operar como instrumento fundamental no preparo da força de trabalho capaz de atender em volume, tipo, nível, e qualidade às necessidades determinadas pelo atual estágio de desenvolvimento. Cabe-lhe igualmente, promover novas oportunidades de expansão, científica, tecnológica e operacional, funcionando para a valorização do homem como fator de produção [...]. Todo o Plano está estruturado como resposta à necessidade de preparação dos recursos humanos visando à aceleração do processo de desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado (BAHIA, 1969, p.12, grifos nossos).

O Plano Integral para a Bahia possuía a mesma estrutura ideológica hegemônica nacional, tanto é que a elaboração do PIEC consubstanciado pelos demais instrumentos legais e normativos estaduais e federais contou com a assistência técnica da UNESCO, por meio do especialista e perito norte-americano Jacques Torfs, como também a colaboração do Departamento Estadual de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Além disso, reuniu representantes do Conselho Federal de Educação, SUDENE, USAID, UFBA, Universidade Católica da Bahia, além de outras instituições educacionais e culturais baianas que participaram do Seminário de Diretrizes do Plano Integral de Educação do Estado da Bahia, em novembro de 1967, quando foi apresentado o plano (BAHIA, 1969, p.20).



O Plano também esteve em consonância com a Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia (nº. 2.463/67), além do Estatuto do Magistério Público da Bahia aprovado em fevereiro de 1968, cuja meta era atender

[...] a moderna concepção do ensino que atribui aos professores não só a tarefa de transmitir o patrimônio cultural indispensável à formação dos jovens, mas também a investigação de novos conteúdos e métodos de educação. [...] outra das preocupações da atual administração que se reflete no Estatuto é a fixação de professores de maior qualificação no interior, condição básica para uma efetiva política educacional orientada para o desenvolvimento de todas as regiões do Estado (BAHIA, 1969, p.18).

De um modo geral, a partir da análise feita à luz do Plano Integral, da Lei Orgânica e do Estatuto do Magistério, ambos contidos neste primeiro documento, podemos constatar que a preocupação maior do Estado baiano naquele momento era com o déficit presente no ensino primário, pois mais da metade da população que deveria cursar esta modalidade, estava ausente. No caso das cidades do interior, os índices eram ainda mais alarmantes, porque, além de tudo, ainda contava com grande carência de instalação, falta de recursos, de equipamentos e falta de professores qualificados para atender a essa demanda. Como a proposta do governo foi a de aumentar os estabelecimentos escolares do primário para atender esse grande contingente de alunos, como medida emergencial, carecia também aumentar a demanda para a formação de professores.

Outra questão paralela a essa que o governo adotou, como medida prioritária, era que, para atender as exigências do período em questão, do impulso para o desenvolvimento econômico baiano, era necessário o incentivo ao ensino médio, sobretudo, técnico e profissionalizante para a formação de profissionais que atendessem as necessidades do mercado de trabalho, o que, por sua vez, estava ligado ao ensino superior e às reivindicações dos estudantes baianos que pediam uma atenção especial para esse nível de ensino.



## **AS FONTES DOCUMENTAIS E A POLÍTICA EDUCACIONAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: UMA CERTA REPERCUSSÃO DO PIEC NO MUNICÍPIO**

A cidade de Vitória da Conquista, como todo o sudoeste da Bahia, foi atingida pelas mudanças políticas e sociais promovidas pela ditadura. O impacto no campo educacional se deu, principalmente, com a publicação do Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) e, conseqüentemente, reivindicações mais imediatas do município.

A necessidade de criação de escolas no estado, conforme havia diagnosticado o Plano já era uma realidade. Por exemplo, encontramos no decreto n. 436 de 1967 (APMVC, Projeto de lei, 1967) a definição de criação de escolas municipais em lugares específicos, o que fez elevar o número de auxiliares de ensino no município, para 100. Na ata deste mesmo ano, podemos ainda observar o registro de criação de mais 3 escolas municipais no interior deste município, além de reclamações referentes a designação e destinação de verbas às escolas e prédios escolares, e a falta de assistência às escolas dos distritos (APMVC, livro de ata 1967).

Após a publicação do PIEC, observamos o pedido de concessão de orçamento destinado para o recém-criado Centro Integrado de Educação em Vitória da Conquista (APMVC, Livro de ata 1970), como também, em 1971, registra-se o pedido de dois vereadores para a criação de um Colégio Polivalente na cidade, ou seja, a criação de escolas voltadas para o ensino de segundo grau, conforme havia sido previsto no plano. É interessante observar que, de fato, as notícias e registros oficiais à época se remetiam a proposições contidas no PIEC, entre as quais:

Verificamos que, tanto em notícias de jornais quanto nos registros das atas da câmara municipal, são apresentados pedidos de verbas para reformas de prédios e aquisição de móveis escolares, em 1970 (APMVC, livro de ata de 1970; Jornal de Conquista, 20/06/1970).

Vitória da Conquista foi uma das três cidades do interior contemplada para a aplicação do sistema de créditos educativos para abertura de bolsas de estudos para a formação de estudantes, docentes e técnicos, os quais teriam direito ao benefício, tanto:



trabalhadores sindicalizados e seus dependentes matriculados em escolas públicas e particulares, e que estejam cursando as quatro últimas séries do 1º grau ou qualquer das séries do 2º grau”, bem como, “estudantes matriculados nos cursos de Edificações, Eletrotécnicas, Estradas, Mecânicas, e Química, mantidos pela Escola Federal. (Jornal de Conquista, Vitória da Conquista, 5/10. 1974).

No entanto, foram encontrados registros da Câmara, em que o vereador Prof. Jesiel Norberto (Arena/Ba) argumenta que a distribuição das bolsas de estudo, estava contrastando com a realidade de algumas escolas que estavam passando por dificuldades financeiras (APMVC, Livro de Atas, 1975). E esta situação ainda persistia em 1978, conforme observamos em um registro de ata:

Extinguiu-se também o verso ginásial na Escola Cláudio Manuel da Costa, colocando os alunos como bolsistas da Fundação Educacional, e até o momento não se pagou nenhum centavo das bolsas (APMVC, Livro de Atas. 1978).

O MOBREAL comparece como sendo a grande promessa para a formação de jovens e adultos, notícias de jornais durante toda a década de 1970, trazem informes acerca de cursos profissionalizantes, balcões de emprego e alfabetização (Tribuna do café, 21/07/1978; 05/07/1978); sendo que há registros fotográficos do Encontro de presidentes e representantes do MOBREAL assinando o convênio para a segunda etapa da alfabetização (APMVC, fotos, 1972). No entanto, a partir de 1975, já se observa pelas notícias, o surgimento de críticas a esse programa, a exemplo do Jornal Opinião, que na edição publicada no dia 31/10/1975, noticia que o “MOBREAL não é mais aquele”; trazendo relatos de professores sobre o desempenho do programa (Jornal Opinião, 1975; Tribuna do Café, 05/07/1978 e 21/07/1978).

Em Vitória da Conquista houve uma intensa mobilização para trazer uma Faculdade, considerando ser esta uma demanda que, há muito tempo, vinha sendo reivindicada por parte dos seus representantes públicos. Em 1969, os vereadores solicitaram à Câmara que intercedesse junto ao governo do Estado para a implantação de uma faculdade de formação de professores para a cidade, que teve sua primeira



turma em 1972. Já em 1973, os vereadores pautaram a aquisição de um prédio próprio para o funcionamento desta Faculdade (Livro de Atas, 1969; 1973). Assim sendo, encontramos uma série de notícias veiculadas nos jornais sobre questões que a envolvem, como editais, contratação de professores, vestibular, etc. (Jornal de Conquista, 1971; 1972; 1974; 1976; Tribuna do Café, 1977; 1979).

A formação docente se deu por meio do oferecimento de cursos de preparação e reciclagem de professores, além de jornadas de planejamento pedagógico, com o objetivo de promover a atualização e aperfeiçoamento dos métodos de ensino, na rede municipal, estadual e também no nível superior da Bahia (Jornal Tribuna do Café, 1977; 1978).

A partir da análise do PIEC e das fontes documentais, como era de se esperar, observamos que o o mesmo teve grande repercussão sobre a realidade educacional em Vitória da Conquista. As mudanças anunciadas pelo Plano geraram ou possibilitaram que as demandas educacionais do município pudessem ser apresentadas. Essa repercussão veio acompanhada de divergências ou questionamentos sobre a proposta do Plano e a sua aplicação, sobretudo, em relação a: construção de um Centro Integrado de Educação, implantação e reforma de prédios escolares, créditos educativos, programas voltados à erradicação do analfabetismo, a exemplo do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), a implantação do ensino superior, por meio da Faculdade de Formação de professores, a fim de atender à demanda de profissionais qualificados na área educacional, conforme verificamos nos pontos destacados nesse tópico.

Contudo, é importante registrar que esse movimento entre o Plano Integral e a realidade municipal ainda carece de ser estudada, uma vez que, tem apresentado importantes evidências sobre a política educacional durante a ditadura civil-militar no Brasil e a realidade concreta, regional e municipal, em suas singularidades de capacidades intelectuais instaladas em termos projetivos e a materialidade real, municipal, etc.



## CONCLUSÕES

A partir da análise do PIEC e das fontes documentais na Bahia, buscamos apresentar em linhas gerais, alguns dos aspectos relevantes encontrados.

Diante do que evidenciamos no presente texto, é possível perceber as mudanças estruturais promovidas pelo golpe civil-militar na educação. Nessa primeira análise, observamos como alguns dos projetos a serem implantados pelo PIEC se deram na prática. Mas também, é sabido que há registros de divergências entre a proposta do referido Plano e a sua implantação, em todo o estado, sobretudo no interior, onde havia uma maior carência de recursos. Foi possível observar que há indícios de que a política educacional ainda mantém algumas políticas propostas pelo Plano Integral, que se atualizam por meio de nomes diferentes. Embora no presente texto não tenhamos como tratar, mas apenas indicar que, propostas de alfabetização muito próximas ao MOBREAL, continuam sendo vistas como novas, mas estão carregadas dessa mesma estrutura.

Nessa perspectiva, no presente texto apresentamos um esboço inicial do objetivo central da pesquisa, que é buscar entender os processos que contribuíram para a efetivação da política educacional no estado da Bahia, durante o período ditatorial e medir o alcance e a incidência de tais políticas na atual política educacional do estado/município.

Esse primeiro momento da pesquisa apontou alguns dos cotejamentos nas fontes que realizamos, apresentando um diálogo preliminar sobre os pontos que mais foram evidenciados em relação às propostas do PIEC para a educação, e sua repercussão em Vitória da Conquista, considerando que para o desenvolvimento desse projeto, seguiremos com o aprofundamento da análise das fontes que discorreremos em momento posterior.



## REFERÊNCIAS

**BAHIA.** Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia. **Governo de Luís Viana Filho.(documento oficial).** Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969a. Volume I.

\_\_\_\_\_. Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia. **Governo de Luís Viana Filho.(documento oficial).** Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969b. Volume II.

**BRASIL.** **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967:** Brasília: Presidência da República/Subchefia para assuntos jurídicos. 1967. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm) >. Acesso em: abril de 2015.

**BRITTO, Luiz Navarro de.** **Educação na Bahia:** propostas, realizações e reflexões. São Paulo: T.A Queiroz; Salvador: Faculdade de Educação da UFBA; Brasília: INEP, OEA, 1991. Volume I. (Coleção Navarro de Britto).

**CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de.** **O Golpe na Educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

**FREITAG, Bárbara.** **Escola, Estado e Sociedade.** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1979.

**PROJETO DIRETOR DO MUSEU PEDAGÓGICO.** **Educação, Memória e História da Bahia:** Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1985). Projeto de Pesquisa sob a coordenação geral da Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães. Vitória da Conquista: UESB/Museu Pedagógico, 2014 (atual).

### Fontes documentais

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Decreto de n. 436. Projeto de Lei. Vitória da Conquista: APMVC, 1967.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livro de Ata de 1967. Vitória da Conquista: APMVC, 1967.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livro de Ata de 1969. Vitória da Conquista: APMVC, 1969.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livro de Ata de 1970. Vitória da Conquista: APMVC, 1970.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livro de Ata de 1973. Vitória da Conquista: APMVC, 1973.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livro de Ata de 1975. Vitória da Conquista: APMVC, 1975.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livro de Ata de 1978. Vitória da Conquista: APMVC, 1978.

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Registros Fotográficos do primeiro encontro do MOBREAL. Vitória da Conquista: APMVC, 1972.

JORNAL DE CONQUISTA. Vitória da Conquista, 20/06/1970.

JORNAL DE CONQUISTA. Vitória da Conquista, ano 1971.

JORNAL DE CONQUISTA. Vitória da Conquista, ano 1972.



ISSN: 2175-5493

**XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

14 a 16 de outubro de 2015

JORNAL DE CONQUISTA. Vitória da Conquista, 05/10/1974.  
JORNAL DE CONQUISTA. Vitória da Conquista, ano 1976.  
JORNAL OPINIÃO. Vitória da Conquista, 31/10/ 1975.  
JORNAL TRIBUNA DO CAFÉ. Vitória da Conquista, ano 1977.  
JORNAL TRIBUNA DO CAFÉ. Vitória da Conquista, 05/07/1978.  
JORNAL TRIBUNA DO CAFÉ. Vitória da Conquista, 21/07/1978.  
JORNAL TRIBUNA DO CAFÉ. Vitória da Conquista, ano 1979.